



1
2 **17ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e**
3 **Comunidades Tradicionais CT-IPCT/CIF**
4
5
6
7

8 **LOCAL:** Sala Alvorada, Hotel Mercure Líder, Brasília – SHN Q. 5 bl 1 – Asa Norte, Brasília - DF

9 **Dia:** 27 de novembro de 2018

10 **Horário de início e de término das sessões:** 27/11: 09h30 – 13h00; 14h00 – 18h00
11
12
13
14

15 **Participantes:**
16

- 17 Ana Carolina Fernandes (Centro Rosa Fernandes)
18 Andréa Valentim Alves Ferreira (SEPP/IR/SE-CNPCT/MDH)
19 Antônio Carlos Cacique Tupiniquim (TI Comboios)
20 Antônio Carvalho Cacique Guarani (TI Caeiras Velhas)
21 Andrei Camargo Duarte (Funai/SEDE)
22 Bruno Alcântara Cardoso Fundação Renova (Líder de Programa)
23 Douglas da Silva Lemos (Presidente AITG - Associação Indígena Tupiniquim e Guarani)
24 Edna das Neves e Silva (SETADES/ES)
25 Eduardo Romano Bustamante (Fundação Renova Vice-Líder de Programa)
26 Eva Adriana Costa Gazoni (Fundação Renova – Governança)
27 Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova Advogado)
28 Lucas Cravo de Oliveira (Defensoria Pública)
29 Marllen Karine da Silva (SEAP/PR)
30 Monica Silva de Jesus Pazinato (CRQ Degredo-Comissão Local)
31 Rodrigo Resende (SESAI-MS)
32 Rita de Cássia Mendonça (Fundação Renova)
33 Suzane M. F. Carvalho (Secretaria de Governo - SNAS/DPDS)
34 Thiago Henrique Fiorott (FUNAI-Ouvidoria)
35 Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP / Fundação Cultural Palmares)
36 Valeria do Socorro Novaes De Carvalho (FUNAI/SEDE)
37 Victor Eilers (Fundação Renova)
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

PAUTA

09h30 – 11h00

I) Pauta Quilombola

1. Apresentar informações sobre a execução do Plano de Mediação de Conflitos;
2. Perfil do mediador a ser contratado;
3. Informar sobre o andamento do PBAQ;
4. Balanço das ações de comunicação;

11h00 – 12h30

II) Pauta Faiscadores

5. Atualização de lista das famílias para o Auxílio Emergencial;
 6. Informações sobre ações executadas com os faiscadores e cronograma de atendimento para os próximos dois meses. Deverão ser apresentados, dentre outros, número de faiscadores e pescadores artesanais cadastrados de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce; número de faiscadores e pescadores artesanais que estão recebendo auxílio emergencial de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce; dados sobre outras ações realizadas e/ou planejadas
- Além disso, apresentar perspectiva de integração das ações do PG 04 com o mapeamento da UFMG em curso.

14h00 – 15h30

III) Pauta Indígena

1. Apresentar as respostas sobre os acordos emergenciais (Posição do Conselho Curador e demais atualizações);
2. Informações sobre a regularização do abastecimento de água para consumo humano para as seis aldeias indígenas;
3. Atualização de informações sobre o ECI:
 - a. Realização das reuniões com a Polifônicas;
 - b. Como se encontram os encaminhamentos para a entrega do Estudo, sua matriz de impactos e os programas socioambientais.
4. Informe sobre o plano de contingenciamento de cheias.

15h30 – 17h00

IV) Pauta Geral

1. Apresentação de proposta metodológica e cronograma para análise e construção dos PG 03 e 04 nos territórios

17h00 às 17h30 - Encaminhamentos finais

101
102
103
104
105
106

PAUTA QUILOMBOLA

107 Tiago começa a apresentação de todos, e deu-se início a reunião. A FR relata, com relação ao primeiro item de
108 pauta, houve a reunião do dia 12 em Linhares com a mediação da Defensoria Pública da União, Ministério Público de
109 Linhares e Fundação Renova, que teve como objetivo a ajudar a traçar o escopo do Plano de Medição de Conflitos
110 entre proprietário de terras em Degredo. Levou também a equipe de gerencia de território e dos programas de
111 Povos e Comunidades Tradicionais, representantes dos programas PIM e AFE onde participaram representantes da
112 comunidade da Comissão, Associação de Produtores Rurais de Degredo e fazendeiros da região, porque o que mais
113 chamou atenção na última reunião foi o cenário de ameaças entre os proprietários de terras na região de Degredo
114 exclusivamente contra a Comissão de Atingidos a partir de boatos.

115 A conversa foi mediada pela DPU, a FR se posicionou em alguns momentos respondendo as dúvidas da associação
116 de produtores rurais. Encaminhou que seria importante manter a agenda e acontecendo periodicamente, mais
117 especificamente avaliando o cenário em questão. O Plano precisa ser estruturado para além da FR a para além de
118 uma consultoria especifica a ser contratada para isso. Aprimorar as ações que a FR pode e deve fazer com relação ao
119 conflito e para além das que já foram apontadas nesta CT. Durante a conversa houve um direcionamento que foge
120 da alçada da Fundação interferir. O encaminhamento a partir dos apontamentos feitos, existem outros
121 desdobramentos a serem tratados. Do ponto de vista do plano de ação para diminuir a tensão no território, a ações
122 da FR deve e tem condições de fazer ficou a realização das ações periódicas do CIA móvel na comunidade e em
123 torno, a comissão avaliar como seria a atuação deste CIA e se existia alguma alternativa menos impactante. Os
124 encaminhamentos são ao invés dos impactados buscasse esses locais, que a FR fosse de porta em porta para este
125 momento realizando atendimento personalizado das famílias em suas casas articulada com a equipe de Linhares e
126 da foz. Semana passada houve o afinamento dessa ação e que será realizada na próxima semana. Outro ponto: é a
127 realização das reuniões mensais no território envolvendo as equipes do programa, junto com as comissões
128 Quilombolas, e Associações da falta de informações que devem surgir neste cenário de mal entendimento, e que
129 sejam sempre acompanhadas pela DP e MP. A ideia é repetir essa ação em dezembro nos moldes da reunião de
130 novembro.

131 Repasses sistematizados de demandas entre a FR e a Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal,
132 principalmente esclarecendo duvidas e informações que os atingidos buscam, o que resta a ser feito é estabelecer a
133 dinâmica e fluxo para atendimento desta ação. Encaminhar uma agenda institucional com a DP e MP para
134 estabelecer esse fluxo. Encaminhamento: Alinhamento entre as equipes do programa que esta é uma atividade
135 interna, já aconteceram três reuniões e em uma delas a comissão pode participar e daí especificamente a
136 implementação imediata das ações previstas no plano de Comunicação, que foi protocolado. São essas ações
137 desenvolvidas até o momento e é importante avaliar a questão do tópico específico do Plano de Mediação e o papel
138 da FR, uma vez que a própria discussão durante a reunião houve outras perspectivas.

139
140 A CT informou que o plano surgiu num contexto mais amplo e precisamos saber a relação do impacto tem a ver com
141 o conflito entre os produtores rurais. Se não há uma ação integrada a tendência é que as tensões se perpetuem e se
142 intensifiquem. Existe agentes que estimulam este ambiente de desinformação e conflitos, mas existe em paralelo
143 que não tem relação com as questões fundiárias, mas que pode ter relação direta com a execução de medidas de
144 caráter emergencial ou mesmo estrutural na região.

145 As ações que foram sugeridas pela FR precisam ter fundamento para gerar resultados definitivos. A mediação de
146 conflitos surgiu também num contexto mais amplo. É atribuição da FR de fazer a condução e apresentação do plano
147 mediador de conflitos com a contratação do especialista da forma como foi combinada e encaminhada na reunião
148 anterior da CT já que as equipes da FR estão muito envolvidas no conflito dentro dos territórios. Era esse o
149 entendimento da CT. E está sendo improdutivo as reuniões mensais já que não são apresentados os resultados das
150 ações e a execução medidas necessárias. A integração dos programas é uma coisa que se espera da FR há bastante
151 tempo para ver os resultados e não está-se vendo isso se tornar realidade. O Plano de Comunicação é essencial no
152 processo de diminuição destes conflitos com a disseminação de uma mesma informação para todos.

153
154 A representante Quilombola confirmou a reunião do dia 23 de novembro com a presença de toda a comissão local e
155 foi acordado que a equipe da FR vá de porta em porta, sem marcar grandes reuniões para evitar os atritos no
156 cenário atual. Com relação ao plano de Comunicação apresentado na primeira CT, a Renova não retornou ainda com



157 a execução destes planos das ações que foram propostas a comunidade. Com relação ao assunto sobre
158 regularização fundiária quilombola, diz respeito à atuação do INCRA, não se vinculando com as questões do
159 desastre. E essa situação fica difícil de ser contornada porque o agente causador de todo esse tumulto é de apenas
160 uma pessoa, e que a Renova tem que se posicionar com relação a isso. Tem-se casos de pessoas que são
161 quilombolas, mas moram em outros estados e estão reivindicando uma indenização por parte da Renova. Seria
162 importante que o Ministério Público estivesse presente para ajudarmos a tomarmos uma decisão para que alguma coisa
163 seja feita. Conflitos internos grandes que estão gerando outros à medida que estes não estão sendo resolvidos. Não
164 é falha da DPU nem do MPF. É preciso saber a posição da FR quanto a essa situação e se precisa acionar o jurídico na
165 conversa já não cabe mais a nós como comissão e associação quilombola ver o que vai ser feito. A Comunicação
166 interna da FR dentro da comunidade precisa ser melhorada pois, deveria ter sido feito o diálogo que foi proposto. E
167 foge aos representantes quilombolas, à Palmares e à CT a essa situação toda. Precisa-se que a FR se posicione e que
168 seja via MPF seja via DPU ou via Jurídico porque o que não dá para nos sustentarmos o conflito e os problemas que
169 não fomos nós que geramos. Porque poderá ser aberto uma ação judicial para resolver esse assunto caso não tenha-
170 se a resposta pela FR. O conflito que antes eram de pessoas que estavam chegando, de famílias que achavam que
171 tinham direito e que na verdade não tinham direito e tudo isso foi apagado diante da grandeza da mobilização de
172 um único agente. Vídeos estão sendo gravados falando que a Defensoria Pública pediu à Renova que fosse gravado,
173 perguntando como a pessoa acha que foi atingida mobilizando pessoas que não são do território. E os que são, não
174 apoiaram essas ações.

175 A CT informa que pode ter havido um mal entendimento sobre a reunião no dia 12/11 em que se estava acordado
176 nas propostas de solução para o conflito e o foco mudou para a questão dos fazendeiros. Há sim um conflito social já
177 existente em Degredo que tem como base os impactos causados pela chegada da lama como a fragilização das
178 relações sociais e comprometimento dos vínculos das comunidades no local, e que agora tem se intensificado. A CT
179 entende que é de responsabilidade da Renova encontrar solução para esse efeito do desastre, que tenha eficácia e
180 efetividade.

181
182 A FR responde que ficou entendido que a solução será dada pelos 3 órgãos. Grande parte de ações que cabem a FR e
183 que dessas se desdobram outras menores e vai além da contratação de um mediador. O entendimento ao final era a
184 manutenção da rotina de agendas de reuniões para esclarecimento e mediação principalmente entre a comissão,
185 que vem sendo questionada por uma associação da comunidade. A proposta seria buscar um modelo de mediação
186 de conflitos, mas, tendo em vista o contexto e o conflito propriamente dito, estruturar um Plano de Medição de
187 Conflitos e ser responsável por ele, do ponto de vista conceitual, porque existem diversas vertentes de se mediar o
188 conflito. É importante que a FR assuma os compromissos das questões práticas que são essas trazidas: acelerar o
189 Plano de Comunicação que já foi protocolado, que é estabelecer a integração no território de maneira mais efetiva
190 que é entender as dúvidas das pessoas que não são atendidas ainda. Tanto em Degredo quanto as comunidades
191 vizinhas. E a sugestão de fazer o atendimento ir até as famílias de porta em porta. Não é uma negativa, mas
192 importante é discutir como este plano vai ser estruturado e conduzido na prática para atender ao conflito em
193 Degredo de forma segura e eficiente. Há expectativa que a FR tome uma providência com relação à postura da
194 Associação de Moradores e Produtores que vem, segundo relatos, gerando a acentuação da tensão. Na reunião com
195 o MP, em Linhares, achou-se que havia ficado claro para essa Associação que a FR estava como canal aberto para
196 tirar dúvidas e atender outras demandas. Deixou-se claro para todos que esta CT trata a pauta Quilombola com a
197 Comissão Local. A FR, por sua vez, precisa verificar de que modo pode contribuir, no sentido de mediar os problemas
198 decorrentes da ação da Associação de Moradores e Produtores. E como todas as partes presentes na reunião em
199 Linhares estavam em consenso sobre os encaminhamentos incluindo a Comissão, essa Associação e os fazendeiros,
200 a FR entendeu que estava tudo bem alinhado. Se mesmo assim, a CT entender que a Renova tem que fazer um plano
201 de mediação de conflitos, talvez não consiga separar o que é conflito sobre o rompimento de barragem e outros
202 temas; a dúvida é como que fica essa condução pela FR. A preocupação é com os conflitos que impõe risco à
203 integridade das pessoas como esse com os fazendeiros, mas preocupam também os boatos, como o que sustenta
204 que o ECQ foi realizado pela H&P com vistas à titulação do território quilombola. A FR sustentou que a ela deveria
205 caber conversar com a comunidade para esclarecimento. Enquanto isso, uma série de ações num plano maior, por
206 conta da DPU e do MPF, envolveria a mediação propriamente dita. Porque se tratado em um fórum com maior
207 legalidade tudo se tranquiliza. Não seria problema contratar um consultor para fazer a mediação, mas, é importante
208 discutir mais um interlocutor para atuar nesse conflito.

209
210 A CT coloca que, mesmo assim, o “como” tem que ser discutido no âmbito interno da FR e que na última reunião foi
211 colocado que a mesma faria oficinas internas sobre como seria o planejamento e a condução de um programa
212 territorial integrado. E que propostas tem para mostrar após essas oficinas. As reuniões mensais em Linhares, com



213 DPU, são de tratativas e devolutivas, as deliberações continuam a ocorrer nas reuniões da CT. A comunidade sabe o
214 que precisa e quer, a FR parece escutar, mas na hora de apresentar as soluções, elas não têm a consonância com o
215 que a comunidade pediu, é o que ocorre com as propostas de ação de comunicação. Por isso, solicita ações
216 relevantes para a comunidade e desenvolvidas de forma planejada com o território.

217 A FR responde que o que trouxe de encaminhamento imediato ao processo é a atuação conjunta no território com a
218 substituição do CIA móvel para o atendimento as famílias de porta em porta, dos que não são Quilombolas e não
219 atingidos, e levar a informação para análise e retorno.

220

221 **Encaminhamentos:** A FR apresentará um plano territorial integrado que abarque o Plano de Comunicação e ações
222 para mediação do conflito vivenciado no território. O detalhamento de como as ações de integração do território
223 irão acontecer será apresentado a partir da próxima semana.

224 Para a mediação do conflito, a FR deverá buscar uma articulação com a CONAQ.

225

226 A representante Quilombola sugere envolver uma entidade que entende do assunto, como é o caso da Negra
227 Anastácia, pessoa jurídica vinculada à CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras
228 Rurais Quilombolas) porque são os legítimos mediadores. E está na hora da FR se posicionar porque ela tem conhece
229 tudo o que está acontecendo nos territórios e tem as informações e documentos em mãos. É preciso reunir com a
230 Associação de produtores rurais e mostrar que vocês têm elementos para resolver essa situação. Precisa cobrar uma
231 posição do Jurídico da FR, DPU e MPF. E a CT confirma que poderia ser enviado ofício com a proposta de ação e as
232 possíveis ponderações.

233 O Jurídico da FR relata que tem, em conjunto com a DPU, um canal de comunicação que tem atendido os pleitos que
234 chegam especialmente de Degredo para responder a indagações da comunidade, porém tem suas limitações para
235 atuar no âmbito da Defensoria ou MPF. E acrescenta que a sugestão de envolver a CONAQ é muito mais pertinente e
236 o que se percebe é muito mais a falta de informação do que uma disputa negocial que tem gerado os conflitos. O
237 proprietário rural precisa entender que o ECQ não tem nada a ver com a demarcação de terra e que, como atingido
238 de direito, precisa buscar os canais de atendimento da FR já que a Comissão não tem gerência sobre o processo de
239 ressarcimento. Precisa-se colocar no papel para formalizar o que foi dito em reunião com DPU e Ministério Público
240 e, este último, acompanhar o que é parte dele.

241

242 **Encaminhamento:** Tendo em vista avaliação corretiva aqui com base no que foi discutido em reunião em Linhares,
243 as ações que a FR já listou e em um novo tópico trazido (a CONAQ), a FR compromete-se a trazer um plano de
244 mediação do conflito com uma série de ações para diminuição da tensão no território. Aprimorar o plano macro
245 tendo em vista os desfechos articulados. Prazo: 21/12.

246

247 Se é para ter um mediador tem-se dois pontos de atenção: não colocar mais atores de fora; e ele será também um
248 facilitador no cenário para que as ações que estão sendo propostas, aconteçam. Com base nas atualizações trazidas
249 hoje pela CT, a FR poderá estruturar um plano maior envolvendo as ações que começaram a ser feitas e as propostas
250 entendendo o papel do interlocutor independente (pessoa jurídica ou física). Apresentar para Palmares e CT
251 primeiro para validação e, em seguida, para a comunidade. A dinâmica do desastre implica na existência de
252 impactos decorrentes de outros impactos. Esse plano maior tem uma interface e um protagonismo que vai além da
253 FR. Tarefa de vários atores envolvidos para além do que aqui foi apresentado. É um plano de mitigação de conflitos
254 que precisa envolver todas partes.

255

256 A representante dos Quilombolas responde que os conflitos não estão acontecendo simplesmente por falta de
257 informações. Tudo que é remetido à FR, é respondido. Em momento algum, isso foi gerado por falta de comunicação
258 e essa fala não se sustenta nesse cenário. Palmares já emitiu documentos e se posicionou, a Renova fez o mesmo, os
259 fazendeiros foram induzidos àquela situação, porque até hoje não há nada que se relacione com este cenário de
260 demarcação de terra em Degredo. O que provocou é que a Associação de Produtores Rurais de Degredo convocou
261 os fazendeiros e afirmou isso. E queriam convocar o José Leite para dar explicações como se ele fosse funcionário do
262 INCRA. Quando a Associação de Moradores foi criada, foi emitido imediatamente um documento para a Renova e
263 para a Palmares dizendo que não precisavam de comissão local e que a ASPED não precisava mais responder pelo
264 território nas questões quilombolas. E que a Renova precisa se posicionar caso não esteja disposta a ressarcir
265 pessoas que não tem direito legítimo, já que comprovadamente pela DPU não são consideradas atingidas. A CONAQ
266 tem propriedade nesse assunto e poderá sim ajudar e essas ações tem que começar imediatamente. Manter a
267 agenda semanal com todos os envolvidos para um objetivo comum de resolver o conflito e tentar barrar a chegada
268 de novas situações.

269
270 A CT informa que pedidos foram encaminhados à FR e recebemos uma devolutiva que não se pode fazer um plano
271 de mediação, e não sabemos o que foi pactuado com a comunidade e não temos o que foi encaminhado de
272 concreto. Está sobrecarregada com leitura de documentos enviados e sem nenhuma ação concreta feita. Já temos
273 um Plano de Comunicação, mas é preciso levar a informação eficiente no território como um todo. É comum que a
274 CT articule a construção de documentos de resposta em parceria com outras câmaras. É a parte da integração dos
275 programas que leva a isso, porém com a Renova isso parece ser um grande limitador! Com relação à mediação do
276 conflito sabemos que o MP tem recursos para começar uma Câmara de Medição, conforme sugerido pela DPU na
277 última reunião. Isso foi colocado na discussão em Linhares? A FR respondeu que o único encaminhamento concreto
278 foi mesmo a manutenção da agenda dessas reuniões mensais no mesmo modelo da que aconteceu em Linhares no
279 dia 12 de novembro, e que se fosse necessário seria ainda decidido no mesmo fórum a criação da Câmara de
280 Mediação. A CT responde que as coisas precisam estar claras nos documentos também para identificar o que pode
281 fazer para ajudar. A questão dos conflitos acontece com as informações atravessadas. Se a devolutiva para os
282 atingidos não é feita, acaba-se por alimentar essa distorção e a qualidade das informações prestadas.

283
284 **Encaminhamento:** Aprimorar o plano macro tendo em vista uma ação de medição de conflitos. Prazo: 21/12.

285
286 A Renova explica que, do ponto de vista conceitual, a medição propõe que as duas partes em conflito estabeleçam
287 uma unidade de diálogo e entendimento. E o que está sendo colocado para além da mediação, que é foco principal,
288 seria realização de todas ações que tendem a diminuir aos conflitos com os territórios tendo como eixos: atuação
289 integrada no território, efetividade das ações de Comunicação, interlocução direta e periódica com os grupos
290 envolvidos. E será detalhado o plano, por meio de ofício, e o como e quando as ações serão realizadas, destacando-
291 se que a mediação será conduzida de maneira independente. A CT coloca que já existe um conjunto de ações
292 estruturadas que abarcam o que já foi colocado para o Plano Emergencial. Ações estruturantes e emergenciais,
293 dentro deste grande plano, a mediação será como um eixo. A FR é como articuladora garantindo que perpassa todos
294 os programas e o repasse de informação qualificada na ponta. A questão da metodologia de trabalho já foi alinhada
295 e precisa ser transparente para a comunidade.

296
297 **Encaminhamento:** O Plano de Mediação de Conflitos será apresentado pela Renova com a previsão de contratação
298 de pessoa física ou jurídica independente, verificando potencial parceria com a CONAQ e apontando as interfaces
299 com outros planos e ações. E como seriam as ações junto ao Ministério Público e DPU. Prazo: 21/12.

300
301 A CT solicita à FR que comunique a ela e à comunidade sobre o andamento ou avanço do processo mesmo por e-
302 mail. É importante dar um passo à frente. Anteriormente à consulta popular do PBAQ prevista para o dia 15/12,
303 precisa haver uma discussão entre a DPU e a FR para evitar os tumultos na reunião, tenham-se o diálogo com os
304 produtores rurais para evitar possível confusão. E que a construção do Plano de Mediação de Conflitos não
305 atrapalhe o andamento das ações que estão sendo conduzidas no território. Deixar claro que com relação às ações
306 do PBAQ não existem conflitos.

307
308 **Encaminhamento:** H&P irá enviar o documento com a atualização das atividades e enviar para a CT e para as
309 comunidades. Mantida a consulta para o dia 15/12. Prazo: 30/11.

310 311 **PAUTA FAISCADORES**

312
313 Dois pontos solicitados pela FR: atualização da lista das famílias para o Auxílio Financeiro Emergencial, que ainda não
314 foi enviada. A CT respondeu que as listas já estão elaboradas, mas ainda serão protocoladas e que o Sr. Antônio
315 Carlos teve um problema familiar e não pôde estar presente. A FR não tem ações específicas para atender aos
316 faiscadores neste momento, mas que elas serão elaboradas após o diálogo com os mesmos e seus representantes e
317 gerentes de território da FR. Uma nova reunião no território para a apresentação de todos os programas da FR e a
318 definição de grupos de trabalho por temáticas. Na última reunião propomos que os faiscadores avaliassem se o
319 formato utilizado com os quilombolas e indígenas poderia ser a mesma. Necessidade de dar continuidade ao
320 monitoramento e acompanhamento dessas famílias. Ficou encaminhado e seria importante para delinear as ações
321 fora AFE, retorno dos representantes dos faiscadores sobre como deverá acontecer as ações específicas.
322 A representante da Comissão de Faiscadores relata que há realmente a necessidade urgente de uma reunião para a
323 FR apresentar os programas à comunidade porque a realização de um encontro serviria também para facilitar a
324 comunicação e entendimento das ações que serão propostas pela mesma no território. E não há nenhuma tratativa

325 quando à proibição da implementação de algum programa. E não temos clareza da quantidade de faiscadores já
326 cadastrados. A FR respondeu que trouxe os números gerais e que será encaminhado para a representante.
327

Encaminhamento: Realização de um encontro entre a FR, comunidade de faiscadores, associações, assessorias e
328 comissões para o esclarecimento sobre os programas e outros assuntos pertinentes ao tema.
329
330

331 A representante de Direitos Humanos da CT disse que ainda há desconfiança sobre a água de Rio Doce, e que há
332 necessidade de avaliar novamente a água por conta disso. Algumas pessoas relataram manchas onde a água ficou.
333 Problemas dermatológicos são automaticamente ligados à água do Rio Doce e, por isso, a informação sobre os
334 relatórios de coleta com os resultados da avaliação feita na água precisam ser disponibilizados. E, no momento que
335 forem apresentadas todas as ações para esse segmento, verificar de que forma essas irão ser vinculadas aos
336 costumes desses povos tradicionais. Não é pelo fato de estarem próximos, tem que atender a especificidade do
337 grupo em questão. Há a necessidade também, a título de indicação, a criação de um sistema de monitoramento
338 dessas ações e que precisa de indicadores sociais voltados para políticas públicas e direitos humanos.

339 A FR reitera que esse assunto está sendo tratado diretamente com a CT-Saúde. A agenda global da FR com relação
340 aos programas tende a tratar esse assunto, e aqueles que tem como o sustento o rio, hoje estão buscando
341 alternativas de atividades econômicas. Equipe das águas da FR trouxe que há mesmo uma ansiedade sobre as
342 informações. Os dados de monitoramento da qualidade da água e o programa de tratamento de água estão em
343 processo final de qualificação e foram feitos com a metodologia adequada para dar credibilidade ao processo. E será
344 entregue em janeiro de 2019 o relatório de compilação dos dados de monitoramento da água. A CT pergunta se tem
345 como esse relatório vir de forma mais simples para o entendimento de todos. Houve uma série de ajustes que foram
346 feitos até o documento final e se teria como enviar. A FR responde que a função do estudo do Dr. Aderval é a
347 identificação de quem são os povos e comunidades e diretrizes dos impactos e que embasa a visibilidade destes
348 povos tradicionais e assim ter maior credibilidade. O escopo deste estudo é comparável ao estudo de componente?
349 E a questão dos faiscadores será tratada dentro do programa 04 ou dentro da CTOS? A FR responde que irá ver
350 formalmente no processo como um todo entre os programas, mas que precisamos de encaminhamentos com
351 algumas direções específicas voltadas a esse grupo. Foi exigência da equipe responsável pelo estudo a necessidade
352 plena de independência e não a relação direta com os programas. A expectativa seria a integração das ações como
353 está prevista e o que será desenhado, com o próprio estudo de mapeamento com um caráter de levantamento de
354 componentes e um interlocutor direto porque a Renova só fará o acompanhamento e terá pouca interface com a
355 consultoria do Prof. Aderval. Esse projeto de mapeamento está dentro da UFMG (Universidade Federal de Minas
356 Gerais), e foi contratado via FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG), e embasa a visibilidade
357 desses povos tradicionais. A CT lembra que o MPF precisa estar envolvido para que se possa formatar uma
358 articulação em conjunto. E quanto aos custos de auxílio financeiro para os povos tradicionais, serão custeados pelo
359 programa do AFE e não pelos da CT-IPCT, com a reestruturação dos programas na Renova. Será discutida também a
360 necessidade de um estudo de impacto, em paralelo, já que o atual será apenas de mapeamento das comunidades.
361

Encaminhamento: A CT solicita à FR o relatório de compilação do monitoramento da qualidade da água com o
362 recorte para a região de Rio Doce e Santa Cruz. Prazo: próxima reunião CT. (janeiro/2019)
363
364

Encaminhamento: A CT solicita as datas em que as reuniões com as comissões foram marcadas para discutir
365 detalhadamente esses números do cadastro, da cadeia de pesca, do AFE e que estão no grupo de faiscadores. Fazer
366 uma agenda específica para qualificar essas informações e seu acesso. Prazo: próxima reunião CT. (janeiro/2019)
367
368

369 A CT informa a importância de se usar uma linguagem mais adequada para os documentos apresentados às
370 comunidades. A informação precisa ser feita de maneira efetiva para todos seguindo a NT de Comunicação feita
371 para Degredo.
372

Encaminhamento: A CT tratará com a assessoria se haverá a necessidade de realização de Estudo do Componente
373 para os faiscadores. Prazo: a partir de dezembro/2018.
374
375

376 PAUTA INDÍGENA

377
378 Apresentar as respostas sobre os acordos emergenciais (Posição do Conselho Curador e demais atualizações). A FR
379 começa a fala sobre os acordos que ainda não tem resposta da equipe de orçamento interno. Expectativa que isso
380 aconteça na próxima semana por isso, não temos resposta oficial com relação aos pleitos. Acordos atuais estão



381 vigentes. Qualquer novo acordo deverá começar só em 15 de janeiro dando tempo a FR de se estruturar para não
382 haver atrasos, e o pagamento sai até 15 de dezembro. Para a liderança indígena é uma questão que não é possível
383 resolver pelo diálogo e sim, através de um posicionamento institucional pela FR.

384 Informações sobre a regularização do abastecimento de água para consumo humano para as seis aldeias indígenas:
385 Foram duas deliberações, entrega de água nas aldeias e início das ações estruturantes. A FR vai responder
386 parcialmente. Com relação a entrega de água mineral a FR está em discordância com a deliberação e ainda não
387 entramos em consenso e por isso, será levado para as tratativas administrativas e jurídicas de acordo com o TTAC.
388 Quanto as ações estruturantes, a FR aguarda o retorno da avaliação da SESAI para as questões técnicas inicialmente
389 propostas.

390
391 Atualização de informações sobre o ECI: A partir das oficinas realizadas para a avaliação do impacto, a entrega do
392 relatório inicial dentro do cronograma previsto para o dia 03/12. Foi necessário a realização de oficinas de
393 alinhamento com as comunidades e os diálogos de diretrizes. A pedido das lideranças indígenas foram feitas duas
394 oficinas, uma para cada comunidade, onde foram esclarecidos os pontos principais e impactos preliminares que
395 iriam conter no relatório parcial, neste cenário de ausência das coletas complementares. A POLIFÔNICAS destacou
396 com relação às análises complementares que ainda não houve a liberação para as coletas por parte do IBAMA. Isso
397 preocupa a FR já que o atraso vai gerar impacto na entrega do resultado. Houve retomada nos blocos sobre o
398 entendimento das medidas que serão adotadas. E a necessidade de voltar novamente a discussão sobre o conceito
399 de compensação e reparação e quais medidas precisam ser estabelecidas. Debate da solução indenizatória
400 consumiu grande parte da oficina e gera ainda a sensação de insegurança que culminam em conflitos. O relatório
401 será apresentado à FUNAI ainda em dezembro. A POLIFÔNICAS reportou que está se dedicando ao máximo para
402 entrega no cronograma estabelecido, dia 03/12.

403
404 Informe sobre o plano de contingenciamento de cheias: Plano de Contingência apresentado pela Priscila da FR.
405 Houve a primeira reunião com a Defesa Civil e representantes das comissões e associações e lideranças indígenas.

406 Alguns pontos do **Plano de contingência – TI Comboios**:

- 407 ▪ Origem demanda: 28 de setembro de 2018 – Deliberação nº 205 CIF e Ofício 226/2018 – DPU – recebido
408 pela Renova em 03/10/2018;
- 409 ▪ Primeira reunião com Defesa Civil de Aracruz e Secretaria de Habitação e Obras em 05/10/2018;
- 410 ▪ Visita à Terra Indígena em 11/10/2018 com representantes da primeira reunião, membros da comunidade
411 indígena, Fundação Renova e empresa de monitoramento hidrométrico Hidrogest;
- 412 ▪ Atuação em campo para definição dos pontos de monitoramento hidrométrico, a partir da validação das
413 instituições envolvidas e membros da TI Comboios: 4 pontos de monitoramento;
- 414 ▪ Status: pendência de anuência de um proprietário (próximo à Vila do Riacho) para posterior instalação dos
415 lances de régua em sua propriedade. Em andamento: contratação da empresa para instalar os lances em
416 três dos quatro pontos identificados (em um, não há necessidade, pois já existe uma régua – ponte);
- 417 ▪ Reunião com Defesa Civil Municipal de Aracruz e Sesai para obtenção de dados detalhados sobre perfil da
418 comunidade indígena e adequações a serem realizadas no plano, como estabelecimento de rota de fuga.
- 419 ▪ Participação de Aracruz em reuniões dias 12 e 13 de novembro para construção coletivas dos planos de
420 contingência;
- 421 ▪ Status: compra de materiais solicitados de apoio para Defesa Civil de Aracruz – em andamento +
422 desenvolvimento em andamento do plano de contingência, na dependência do detalhamento/ validação de
423 informações. Prazo estimado de conclusão: 21/12/2018.

424
425 **Atendimento restrito à Terra Indígena Comboios**

- 426 ▪ Cheia de 2013: marco relevante como referência para atuação em planos de contingência;
- 427 ▪ Informações coletadas com Defesa Civil de Aracruz e SESAI de que, em 2013, a remoção de pessoas foi
428 necessária para Comboios. Parte de sua população se dirigiu para Córrego D'Ouro, localidade mais alta que
429 não sofreu com a cheia de 2013;
- 430 ▪ Para outras localidades, a construção de planos de contingência pauta-se no critério de haver relação de
431 impacto direto com o rompimento da barragem de Fundão para o risco de cheias. Por exemplo, aumento
432 da área de inundação derivada do rompimento. Esta situação não se aplica às demais localidades pleiteadas
433 por esta Câmara Técnica.

434
435 A FR está fazendo monitoramento do nível de água e dependendo da dinâmica de cheias é prosaico monitoramento
436 de nível em construção com a comunidade. Em paralelo também no ano retrasado em detalhamento da SESAI sobre



437 a comunidade indígena para fazer o detalhamento do plano para saber os recursos que seria adotado de
438 emergência.

439 Tupiniquim o que foi pontuado: na cheia de 2013 não houve outra comunidade que sofreu cheia além de Comboios,
440 justifica tecnicamente que não seria aplicável um plano de Contingencia em outra localidade. A Defensoria Pública e
441 Civil de Aracruz sobre o motivo no qual a localidade e desde 2013 não acontece o alagamento e foi a justificativa. Da
442 mesma maneira que a FR recebeu tanto ofício do CIF quanto o ofício da defensoria Pública da União a Defensoria
443 Pública enviou o mesmo ofício à Defesa Civil de Aracruz solicitando a corresponsabilidade nas atividades de
444 desenvolvimento urbano. Isso está registrado em ATA que será enviada à Governança que encaminhará para a CT. O
445 ouvidor representante da FUNAI registra a importância dos diálogos com a comunidade indígena e essa demanda de
446 um plano de contingencia para outros territórios não é a primeira vez que acontece. Desde janeiro de 2016,
447 conforme registrado em ofício da FUNAI para a Samarco, há uma solicitação como esta; embora o foco principal
448 tenha sido Comboios, o plano também englobava as cheias nos demais territórios. O documento está com a
449 Samarco. Agora trazendo para atualidade a importância que qualquer plano que seja elaborado precisater a efetiva
450 participação da comunidade, para que a mesma possa apropriar-se dele. Pautado com a Defesa Civil a necessidade
451 de uma atenção especial pelo território indígena para que não potencialize mais o problema por causa de uma
452 cheia. A sugestão também que se entre em contato a coordenação da FUNAI tem um escritório no local em Aracruz
453 na aldeia de Caieiras Velhas, trabalhar com estratégias de comunicação sendo o caminho mais adequado.

454
455 A FR tranquiliza a CT que o acordo não será descontinuado e precisa-se verificar os critérios, o acordo tem um prazo
456 que dá a janela até o dia 15 de janeiro. O que vai acontecer é que a equipe técnica vai tentar garantir o não atraso
457 nos pagamentos. Do ponto de vista de continuidade do acordo, a defesa sempre foi manter o acordo, o momento de
458 dificuldade é a proposta de alteração dele, mas do ponto de vista de manutençãofoi aditivado. E não pode impactar
459 o que já está estabelecido. As partes precisam chegar num consenso. Será feita uma nova análise com relação aos
460 pleitos de agosto até agora. A CT pede a atualizaçãodo cronograma. No novo termo de acordo já foi colocada a
461 questão da reunião em Pau-brasil critério de inclusão das famílias. A devolutiva será toda de uma vez em um mesmo
462 documento.

463
464 A SESAI informou que o que foi discutido na Intercâmaras sobre o abastecimento de água e, a proposta de instalar
465 filtros individuais, seria uma solução semiestruturaste porque não atende ainda como uma solução definitiva que
466 será construída em conjunto com a comunidade. Até amanhã, dia 28/11 será encaminhado um relatório conjunto
467 das câmaras técnicas envolvidas na questão e informar que o distrito sanitário, em especial indígena (MG e ES) tem
468 atribuição além das comunidades atingidas pela barragem, demais comunidades da área de abrangência da
469 Deliberação (6 territórios). E depois alinhar o que seria definitivo sobre a questão do abastecimento de água e que
470 toda e qualquer articulação deverá ser feito via Câmara Técnica. Neste momento não consegue discutir um assunto
471 mais a fundo e precisa-se faze-lo e que, depois do assunto bem trabalhado dentro da FR, com comunidades e SESAI
472 e será trazido para este fórum. A FR pede com urgência uma resposta da uma solicitação feita à SESAI e até hoje não
473 tivemos posicionamento e questão de abastecimento do Krenack. Os técnicos, estão trabalhando, mas não temos
474 um termo de cooperação técnica assinados pela SESAI. Pode chegar um momento que não temos um respaldo legal
475 porque precisamos do termo de cooperação técnica. Entre a semana do dia 10 de dezembro ao dia 14 marcar uma
476 reunião direta com a SESAI para alinhar o que está pendente entre as duas equipes FR e SESAI.

477 A CT recebe com muita tristeza o fato de não termos um projeto já elaborado com relação ao abastecimento da
478 comunidade Tupiniquim e fica a impressão de que o tratamento é desigual entre as aldeias. Precisa-se do mínimo da
479 confirmação do dia de entrega da água nas aldeias.

480 A CT pede licença à FR para tratar de assuntos internos e deliberar os encaminhamentos finais. As representações
481 indígenas solicitam, após a discussão os seguintes encaminhamentos à FR:

- 482
483
- 484 1. Que a Renova informou que não irá fornecer água mineral para os tupiniquim e guarani, manifestando-se
485 claramente pelo não cumprimento do item 1 da Deliberação 201, emitida em 28/09/2018. Estão de acordo
486 com o início das ações estruturantes.
 - 487 2. Que os representantes da Renova se comprometeram a definir e informar o que entra no acordo até o dia
488 30/11 – sendo que a decisão final ainda está dependendo da posição do conselho curador, que é composto
489 por diversas entidades, entre elas as mantenedoras SAMARCO, Vale S/A e BHP Billiton.
 - 490 3. Que os Tupiniquim e Guarani definiram pela suspensão de todas as atividades da Fundação Renova em
491 campo até que a assinatura dos acordos deixe as comunidades tranquilas para a continuidade das ações,
492 exceto as atividades vinculadas ao Estudo do Componente Indígena, conduzidas pela Polifônicas, que podem
continuar.



**Câmara Técnica Indígena e Povos e
Comunidades Tradicionais
CT-IPCT/CIF**

493 A reunião foi finalizada, sem discussões sobre o último ponto de pauta. A ata, após aprovada, segue validada pelos
494 coordenadores.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Danilo', is written over the horizontal line.